



MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO, FINANÇAS E ECONOMIA AZUL

Gabinete de Reforma da Gestão das Finanças Públicas

PARFIP II

Reforma da Gestão das Finanças Públicas

Relatório do 1º Trimestre de 2021

GARFIP

Maio de 2021



REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

(Unidade-Disciplina-Trabalho)

MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO, FINANÇAS E ECONOMIA AZUL

Relatório Trimestral das Reformas T1-2021

PARFIP II

Plano de Acção para a Reforma da Gestão das Finanças Públicas II

GARFIP

Gabinete de Reforma da Gestão das Finanças Públicas

São Tomé, 18 de maio de 2021

INDICE

LISTA DE ABREVIATURAS	5
RESUMO EXECUTIVO	7
I. INTRODUÇÃO	8
II. ACTIVIDADES DO PARFIP II – 1º Trimestre do Ano de 2021	10
POB. Operacionalização do Dispositivo Institucional para a implementação das Reformas	10
B.1. Formalização e operacionalização da equipa nuclear do GARFIP	10
B.2. Melhoria do Quadro Jurídico	11
B.3. Estabelecimento da nova estrutura para a implementação das reformas	12
B.4. Formação para a implementação das reformas	12
B.5. Formação para a implementação das reformas	13
PO.1 - Melhoria da qualidade do planeamento a médio prazo e orçamentação com base em Políticas	13
Processo de elaboração do orçamento melhorado	14
Previsões macro-fiscais sólidas	16
PO.2 - Melhoria do processo da gestão e arrecadação da receita	18
Modelo de gestão com base em resultados	18
Imposto sobre o Valor Acrescentado	19
Melhoria da Gestão da Receita	20
PO.3 - Melhoria da Gestão da Dívida Pública e Tesouraria	21
Modernização da Gestão da dívida pública (externa e interna)	21
Tesouraria	22
PO.4 - Elaboração dos mecanismos de monitoria e de Governança das Entidades Extra-orçamentais e Empresas Públicas	24
Governança Reforçada nas EP's	24
Governança e Monitoria das entidades extra-orçamentais	26
Sistema de controlo interno nas EPs e extra-orçamentais funcional	26
Auditoria interna nas EPs e extra-orçamentais eficaz	26
PO.5 - Optimização da gestão do Investimento	27
Quadro Institucional do sistema de Investimento público reforçado	27
Qualidade dos projectos de investimento melhorada	28
Sistema de M&A funcional	28
Alocação de recursos optimizada	29
Quadro Global da APD melhorado	29
PO.6 - Melhoria da execução orçamental e Alargamento da abrangência dos controlos internos e da auditoria interna	30
Controle de despesas salariais eficiente	31
Gestão do pessoal melhorada	31

Sistema de informação da administração pública funcional _____	31
Abrangência da auditoria interna alargada _____	32
Sistema de Aquisições e Património melhorado _____	32
Sistemas de informação funcionais _____	33
PO.7 - Contabilidade e Relato Financeiro (incluindo as prestações de Contas dos Governos	
Subnacionais _____	35
Melhoria da qualidade da informação produzida _____	35
Produção atempada de relatórios _____	36
PO.8 - Reforço do escrutínio Parlamentar e da auditoria externa _____	37
Cobertura da auditoria aumentada _____	38
Capacidade de escrutínio da AN reforçada _____	38
III. PARFIP II – Execução do Orçamento - T1 de 2021 _____	39
Orçamento executado 2021 do PARFIPP II _____	39
IV. Próximos passos _____	42

LISTA DE ABREVIATURAS

AFRITAC	Centro Regional de Assistência Técnica da África Central do FMI
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
CFMP	Cenário Fiscal de Médio-Prazo
CGE	Conta Geral de Estado
COSSIL	Gabinete de Coordenação e Seguimento do Sistema de Licitações
DAF	Direcção Administrativa Financeira
DCP	Direcção de Contabilidade Pública
DGA	Direcção Geral das Alfândegas
DGAP	Direcção Geral de Administração Pública
DI	Direcção de Impostos
DITEI	Direcção de Informação e Tecnologia
DO	Direcção do Orçamento
DP	Direcção de Planeamento
DPE	Direcção do Património do Estado
DT	Direcção de Tesouro
EMAE	Empresa de Água e Electricidade
ENAPORT	Empresa Nacional de Administração dos Portos
ENASA	Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea
ERGFP	Estratégia de Reforma de Gestão das Finanças Públicas
FMI	Fundo Monetário Internacional
GARFIP	Gabinete de Reforma de Gestão das Finanças Públicas
GFP	Gestão das Finanças Públicas
IGF	Inspeção Geral das Finanças
MPFEA	Ministério do Planeamento das Finanças e Economia Azul
OGE	Orçamento Geral do Estado

PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PARFIP II	Plano de Ação para a Reforma das Finanças Públicas em STP II
PDNS	Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável
PND-SRAP	Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Região Autónoma do Príncipe
PEFA	Despesas Públicas e Responsabilidade Financeira
PNUD	Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento
QDMP	Quadro de Despesa de Médio-Prazo
QDS	Quadro de Despesa de Médio-Prazo Sectorial
RAP	Região Autónoma do Príncipe
SAFE-e	Sistema Administração Financeira do Estado - electrónico
STP	São Tomé e Príncipe
TC	Tribunal de Contas
TdR	Termos de Referência
UE	União Europeia
UGEL	Unidade Gestora de Licitação
UMF	Unidade Macro Fiscal

RESUMO EXECUTIVO

Contexto. Após os choques económicos negativos, iniciados em 2018, e a pandemia da COVID-19, que afetaram o desempenho da economia em 2019 (PNB -6,5%), a realização das actividades do PARFIP II programadas para o 1º trimestre de 2021, ainda ocorreu num contexto impactado pela pandemia, na sequência de um ano 2021 em que o crescimento económico foi projectado no OGE a +5%, ou de +3% pelo FMI (abril de 2021).

Implementação das Reformas GFP. As acções constantes do Plano de Actividades para o 1º trimestre, foram, na sua maioria, implementadas, o que augura para um bom ritmo de execução do PARFIP II.

Em geral, as acções executadas são as que continuam do ano transacto e as para as quais existem financiamento ou garantia forte de financiamento.

Operacionalização das Reformas. Para a execução adequada do PARFIP II e, como previsto na Estratégia, foram identificados e designados os Pontos Focais de cada Direcção/Instituição (cuja lista nominal consta do Anexo) que com o seu contributo permitiram a identificação e descrição das actividades realizadas neste trimestre.

Igualmente, realizou-se a 1ª reunião do Comité de Direcção, presidida pelo Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul, durante a qual foram aprovados: i) o Relatório Anual das Reformas, relativo ao ano de 2020 e ii) a estrutura do Manual de Implementação das Reformas, tendo-se decidido que, no 2º trimestre de 2021, a próxima reunião do Comité de Direcção iria analisar, discutir e aprovar o Plano de Actividades da Reforma para o ano de 2021 e o presente Relatório.

No período, foi realizado, com apoio do Secretariado do PEFA, um seminário de apresentação do Volume IV do PEFA. Este seminário serviu também para a apresentação da Estratégia e do PARFIP II, incluindo os programas e a sua estrutura organizacional.

Foi elaborado o draft do Despacho Ministerial de reactivação do Comité de Direcção, bem como as linhas gerais de responsabilidade e funcionamento da Instância de Diálogo (no MIR), que irá permitir um diálogo regular com os parceiros externos sobre a reforma da GFP no país.

A informação financeira sobre a execução orçamental do T1-2021 é muito limitada. A execução do orçamento do PARFIP II no 1º trimestre de 2021 não foi possível ser completada, pela falta de informação disponível no SAFE-e, ou entregue ao GARFIP pelos Pontos Focais.

No T2-2021, serão realizados (i) a finalização e adopção do MIR, (ii) a actualização do quadro jurídico, (iii) a adequação do pessoal do GARFIP, (iv) a actualização do plano de actividades do ano 2021, (v) a identificação das fontes de financiamento das reformas da GFP, (vi) a operacionalização da Instância de Diálogo, (vii) a montagem de um plano para a melhoria do relato financeiro das reformas, e (viii) a continuação da implementação das reformas, nos limites dos recursos disponíveis e das actividades não necessitando financiamento.

I. INTRODUÇÃO

Informação básica. A Estratégia de Reforma da Gestão das Finanças Públicas (ERGFP) encapsula as aspirações do país no sentido de reforçar os sistemas de governação no que tange à GFP. Esta nova estratégia associada ao Plano de Acção para a Reforma da Gestão das Finanças Públicas (PARFIP II), introduz uma mudança de paradigma: uma abordagem baseada em resultados para corrigir as lacunas que têm dificultado atingir os três resultados potenciais da GFP, os quais sejam aprofundar e melhorar a prestação de serviços de forma eficiente e eficaz, alocar recursos às prioridades estratégicas do país e alcançar e manter a disciplina fiscal.

O 1º trimestre de 2021, ou seja, no 2º ano de implementação do PARFIP II, observou a continuidade das acções iniciadas em 2020, bem como viu o arranque da maioria da actividades previstas para o período, seja as com financiamento garantido seja as para as quais o financiamento está iminente, estando todas alinhadas com o Plano de Actividade para 2021, bem como com a visão da ERGFP e os resultados esperados do PARFIP II.

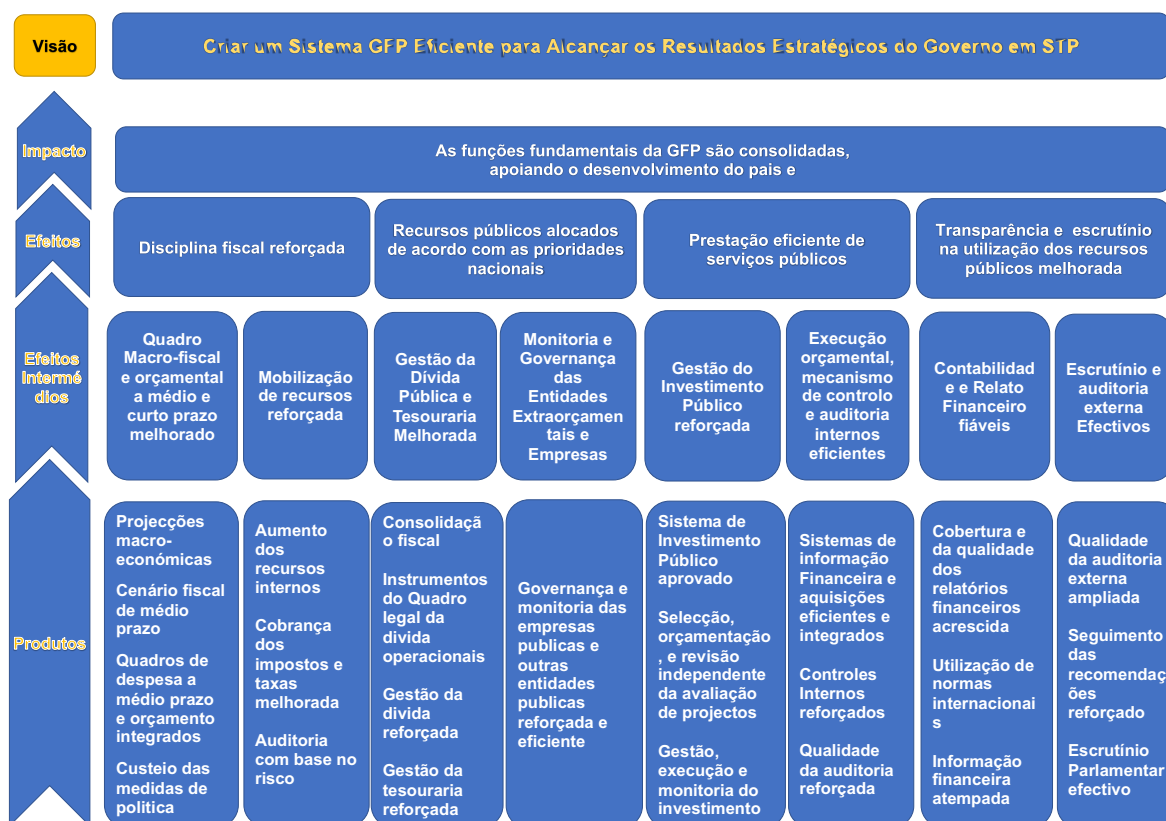


Figura 1 - Impacto e Efeitos esperados da ERGFP

O objectivo do relatório. O presente relatório tem como objectivo apresentar as actividades do Plano de Reforma da Gestão das Finanças Públicas (PARFIP II) realizadas durante o 1º trimestre do ano, isto é, de Janeiro a Março de 2021.

A estrutura do relatório. O presente relatório organiza-se à volta dos programas operacionais previstos do PARFIP II para 2021, **estando o** documento estruturado em quatro capítulos, para além do **resumo executivo**: O primeiro capítulo dispõe sobre a **Introdução**; o segundo capítulo descreve as **actividades realizadas no ano 2021** da implementação dos Programas operacionais, alinhados aos oito objectivos e ao Programa básico de suporte, conforme as respectivas componentes e medidas, o terceiro capítulo apresenta a **execução financeira 2021-T1** do PARFIP II, sendo que o quarto capítulo apresenta **os próximos passos**.

II. ACTIVIDADES DO PARFIP II – 1º Trimestre do Ano de 2021

O PARFIP II, enquanto instrumento de implementação da ERGFP, prevê uma série de actividades, financiamentos e impactos na qualidade da GFP em STP, através da realização de um conjunto de produtos que permitam produzir os efeitos intermédios necessários à consecução dos efeitos e do impacto esperado, conforme a cadeia de resultados apresentados acima (Figura 1 - Impacto e Efeitos esperados da ERGFP), este capítulo retrata as actividades realizadas no período entre Janeiro e Março de 2021.

POB. Operacionalização do Dispositivo Institucional para a implementação das Reformas

O programa operacional POB visa a promoção dos dispositivos necessários, a nível organizacional e Institucional, para a operacionalização eficiente das estruturas responsáveis pela implementação do PARFIP II, de modo a que estas possam responder às necessidades específicas das reformas e assegurar a implementação destas com sucesso.

Este programa é transversal e não tem produtos directos esperados na qualidade da GFP. No entanto, a sua realização terá efeitos indirectos consideráveis na implementação exitosa dos outros 8 programas operacionais.

Para a consolidação da operacionalização do dispositivo institucional necessário para a implementação das reformas serão executadas as seguintes acções estruturadas nos componentes abaixo:

B.1. Formalização e operacionalização da equipa nuclear do GARFIP

B.1.2 Despacho ministerial para extensão dos poderes do Comité de Direcção e do GARFIP para operacionalização do PARFIP II

Esta actividade inicialmente prevista para o ano 2020, foi adiada para o ano 2021. Com a adopção do MIR pelo MPFEA, este despacho não será mais necessário.

A actual estrutura e as competências da Unidade de Coordenação da reforma, não respondem aos desafios de desenvolvimento das suas actividades e da operacionalização do actual PARFIP II 2020-2023.

A estrutura de coordenação prevista no MIR é adequada com vista a garantir a monitorização e implementação do PARFIP II no período 2020-2023.

B.1.3 Confirmação da equipa nuclear do GARFIP

A equipe básica de 3 funcionários foi confirmada em 2020, conforme previsto.

A equipe completa prevista no MIR será confirmada no T2-2021, com a reformulação do supra-referido Decreto, ou/e pela adopção do MIR pelo MPFEA.

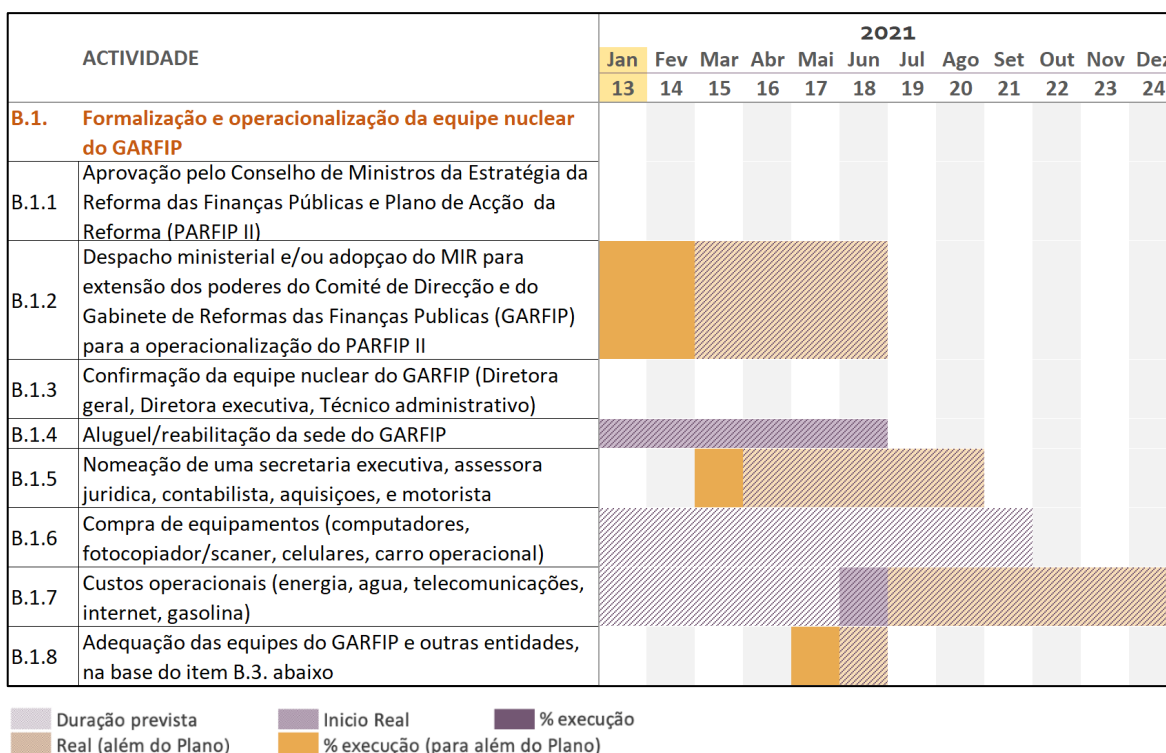
B.1.4 Aluguer/Reabilitação da Sede do GARFIP

Esta actividade inicialmente prevista para o ano 2020, foi adiada para o ano 2021.

No T1-2021, foi iniciada o processo concursal para a reabilitação do espaço, no ex-edifício do Banco Central de São Tomé e Príncipe, atribuído ao GARFIP em 2020 com um financiamento previsto da DUE, com vista a permitir melhores condições de trabalho necessárias para a execução das funções do GARFIP.

A finalização das obras está esperada no T3-2021.

Cronograma

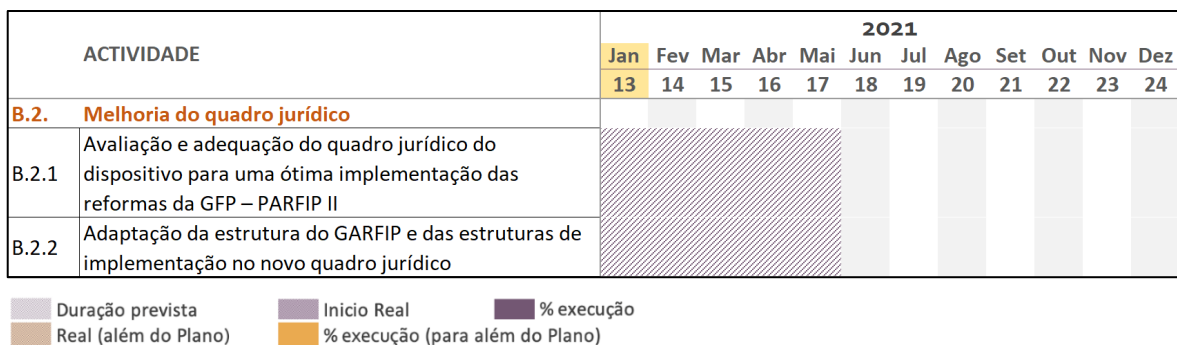


B.2. Melhoria do Quadro Jurídico

Esta actividade foi adiada para o T2-2021, esperando a adopção do MIR.

No segundo trimestre de 2021, o Assessor Jurídico do GARFIP (uma vez nomeado), com o apoio do Gabinete Jurídico do MPFEA, iniciará os seus trabalhos que visam reformar as estruturas actuais de implementação das reformas e adequá-las às exigências actuais da Estratégia da reforma da GFP, conforme as previsões do MIR.

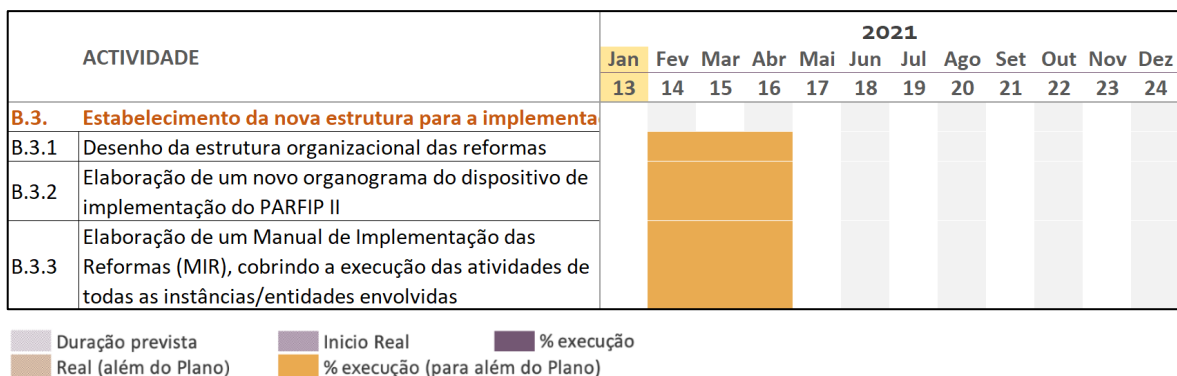
Cronograma



B.3. Estabelecimento da nova estrutura para a implementação das reformas

A nova estrutura foi estabelecida no MIR e será operacionalizada no segundo trimestre de 2021, com a adoção do MIR pelo MPFEA.

Cronograma

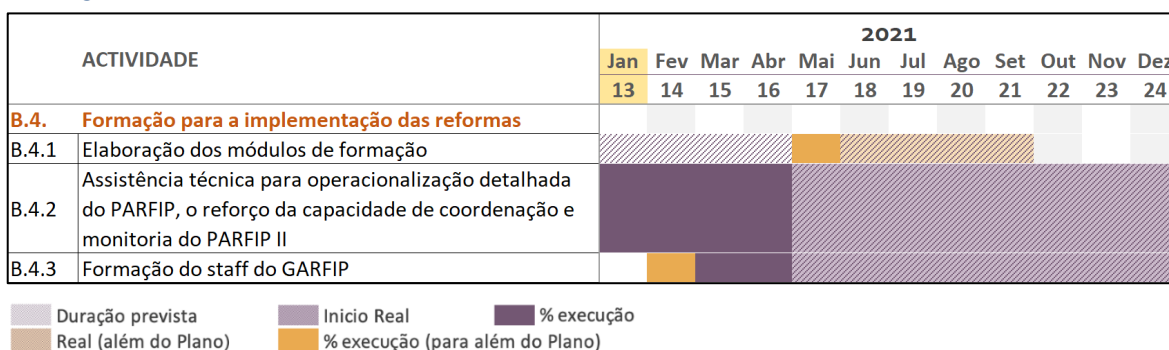


B.4. Formação para a implementação das reformas

O programa de formação foi iniciado no primeiro trimestre de 2021 na base de uma formação-ação com (i) a introdução à gestão de projectos e (ii) a monitorização das reformas, aplicadas nas reformas do PARFIP II.

Estas duas formações serão aprofundadas no segundo e terceiro trimestres, com a disseminação do MIR e um módulo sobre a Monitorização e Avaliação das reformas.

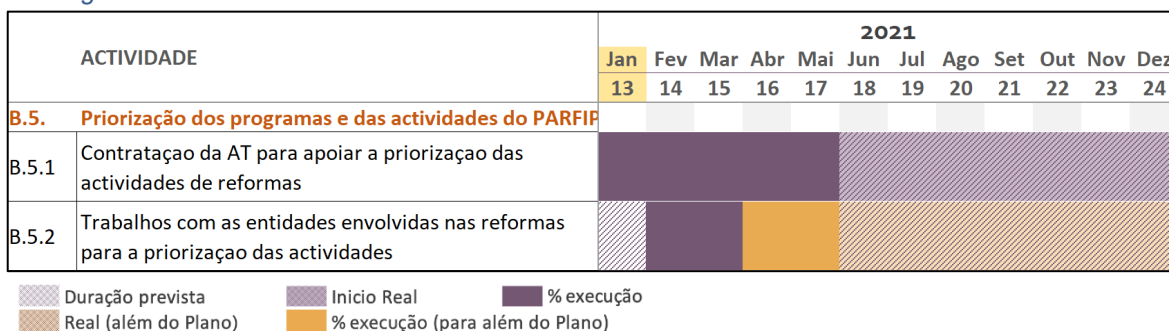
Cronograma



B.5. Formação para a implementação das reformas

O programa de formação foi iniciado no primeiro trimestre de 2021 com a contratação da AT pela União Europeia. Assim, os trabalhos com todos os Pontos Focais de todas as entidades envolvidas nas reformas foram iniciados no mês de fevereiro para a avaliação das actividades realizadas em 2020 e retomados em abril e maio de 2021 para a re-priorização das actividades a ser implementadas em 2021.

Cronograma



PO.1 - Melhoria da qualidade do planeamento a médio prazo e orçamentação com base em Políticas

O programa operacional visa definir um quadro em que existam instrumentos que suportem a melhor integração entre o Planeamento a médio-prazo e o Orçamento, a melhoria da análise quantitativa do orçamento, incluindo uma melhor previsão macro-económica e projecção de receitas e de despesas para estabelecer metas fiscais compatíveis com os objectivos de médio prazo:

Melhoria do planeamento orçamental anual e a médio prazo com maior disciplina e credibilidade orçamental

Programa Operacional 1 - Objectivo e Produtos

Objectivo estratégico: Quadro Macro-fiscal e orçamental a médio e curto prazo melhorado

Produtos do Programa Operacional:

#	Produto	Status de Execução
Produto 1	Quadros de despesa a médio prazo e orçamento integrados	on-track
Produto 2	Projeções macro-económicas	on-track
Produto 3	Cenário fiscal de médio prazo elaborado e funcional	on-track

Para a consecução dos produtos serão executadas as seguintes acções estruturadas nas componentes abaixo:

Processo de elaboração do orçamento melhorado

1.1.5 Articulação entre políticas, planeamento e orçamento

1.1.5.1 Formação para a elaboração do Orçamento Programático

Foram elaborados os termos de referência (TdR) para a contratação da assistência técnica e os mesmos foram submetidos para análise e decisão do financiador.

1.1.5.2 Refletir os programas dos planos nacionais e sectoriais, no classificador orçamental, e inclui-los na Planificação e Orçamentação

Foram efectuados contactos iniciais, entre a Direcção do Orçamento (DO) e a Direcção do Planeamento (DP), para começar o processo de alinhar o Orçamento ao Quadro de Despesas de Médio Prazo Global, através da harmonização ao nível dos programas, de modo a que o Orçamento para 2022 reflecta esta integração.

1.1.5.4 Definição de um roteiro para a implementação do QDMP

Aprovar-se-á a proposta de Lei que define as normas e os procedimentos necessários para a elaboração, monitoramento, avaliação e actualização do QDMP, definindo que este e os QDS-MP são instrumentos que orientam a elaboração do Orçamento do Estado quanto às prioridades de despesas, permitindo iniciar-se-á o trabalho de actualização do QDMP e dos QDS para 2022.

1.1.6 Definição e obrigatoriedade da submissão à AN de toda a documentação da proposta do OE, conforme as boas práticas

1.1.6.1 Formação em avaliação dos impactos fiscais das medidas de políticas públicas

Os termos de referência desta actividade foram finalizados e iniciou-se o processo de identificação e selecção de um consultor.

1.1.8 Capacitação e elaboração do orçamento cidadão

Finalizou-se o documento de Orçamento Cidadão para o ano 2020, que será publicado no 2º trimestre.

1.1.10 Integração dos marcadores de género no orçamento

1.1.10.1 Capacitação sobre a orçamentação sensível ao género para os quadros do MPFEA e os GEP's

A solicitação, suportada por TdR, foi submetida ao financiador, prevendo-se que a acção de capacitação tenha início do decurso do mês de Maio.

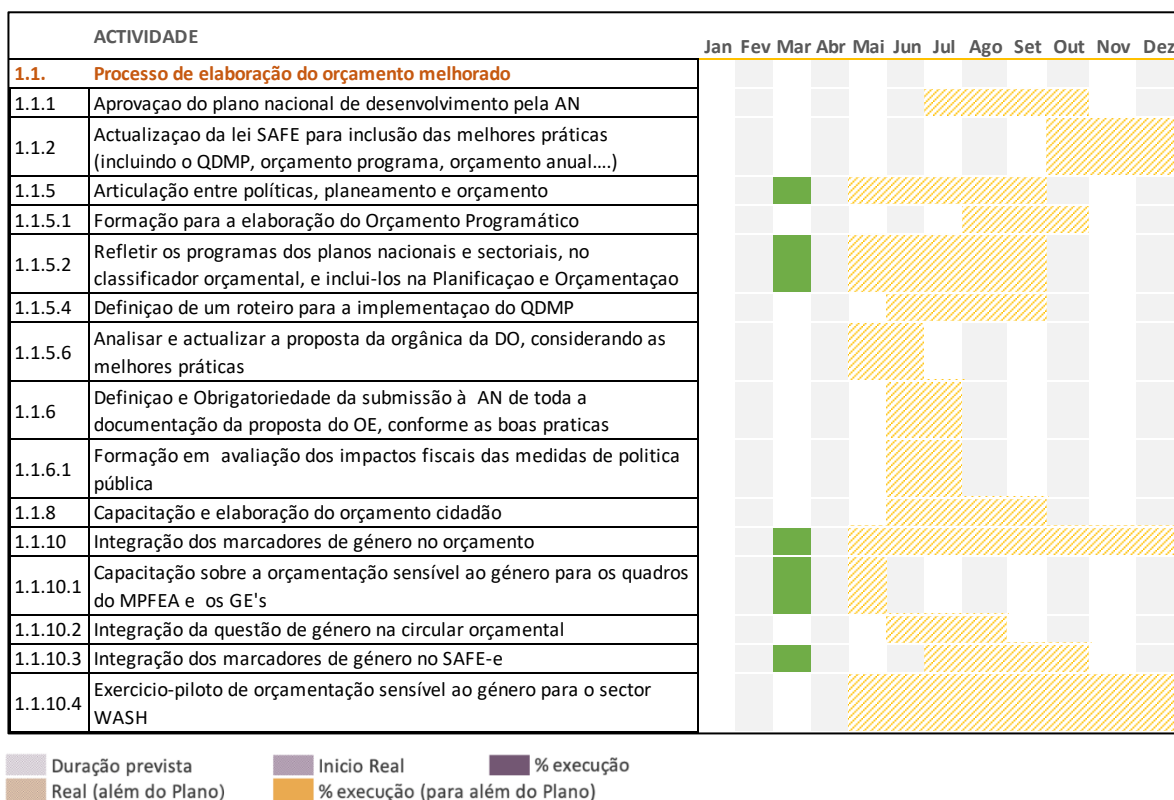
1.1.10.2 Integração da questão de género na circular orçamental

Esta actividade está prevista no quadro da assistência técnica à realização da actividade 1.1.10.1, e será um dos outputs desta.

1.1.10.3 Integração dos marcadores de género no SAFE-e

Iniciou-se uma discussão com a DITEI sobre como proceder à integração dos marcadores de género no SAFE-e.

Cronograma



Previsões macro-fiscais sólidas

Uma das áreas fundamentais definidas pela EGRGFP, foi a do reforço das capacidades para se obter previsões macro-fiscais sólidas. Assim, visando desenvolver instrumentos de gestão macro-económica integrada, que suportem uma trajectória de crescimento sustentável, estavam planeadas as seguintes acções:

1.2.1 Unidade macro-fiscal (UMF) Operacional

A proposta de alteração do Despacho nº 81/2019 foi elaborada, devendo ser validada pelo colectivo de Directores, que integram a UMF, para posterior aprovação e assinatura do Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul (MPFEA).

O Despacho ministerial inclui os seguintes pontos: i) a instituição de um Comité a nível dos Directores do MPFEA, INE e Banco central, com objetivos de orientar e acompanhar os trabalhos da UMF e com capacidade de sumeter propostas de política económica ao Ministro; ii) a definição dos relatórios - estratégia fiscal e riscos fiscais; iii) a definição de que Manual de Projeções Macro-fiscais é o guia metodológico a ser utilizado nas projeções do QFMP; e iv) a previsão de uma secretaria permanente da UMF para apoiar os trabalhos técnicos e administrativos.

1.2.1.4 Capacitação em técnicas de previsão macro-económica, ferramentas de análise de conjuntura e programação financeira e modelização

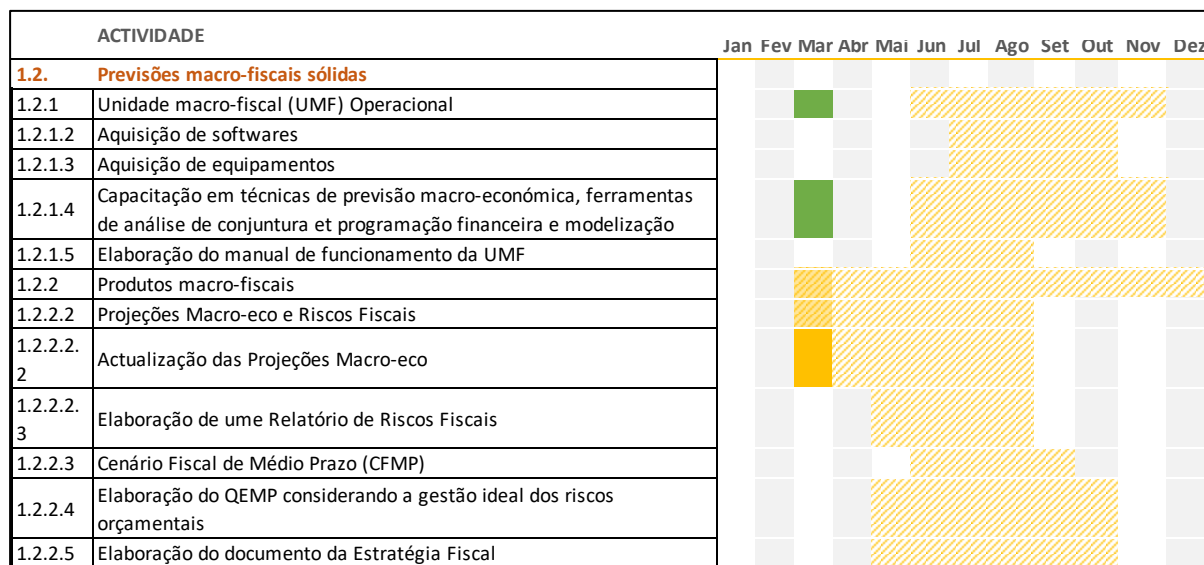
Visando reforçar as capacidades dos membros da UMF foi elaborado TdR para a realização de uma acção de formação em questões de projecção macro-económica. Ao mesmo tempo, foram iniciadas discussões para o desenvolvimento de TdR para a contratação de uma assistência técnica *on-the-job* à UMF.

1.2.2 Produtos macro-fiscais

1.2.2.2 Actualização das Projeções Macro-económicas e riscos fiscais

Iniciaram-se os trabalhos de actualização, planeadas, das projeções macro-económicas, que serão finalizadas durante o mês de março

Cronograma



Duração prevista
 Início Real
 % execução
 Real (além do Plano)
 % execução (para além do Plano)

PO.2 - Melhoria do processo da gestão e arrecadação da receita

O Programa operacional visa criar as condições para o aumento do nível de recursos internos, através da introdução de novos impostos e da melhoria dos processos de gestão da receita

Programa Operacional 2 - Objectivo e Produtos

Objectivo estratégico: Mobilização de recursos reforçada

Produtos do Programa Operacional:

#	Produto	Status de execução
Produto 1	Aumento dos recursos internos	atraso menor
Produto 2	Cobrança dos impostos e taxas melhorada	atraso menor
Produto 3	Auditoria com base no risco	atraso menor

Para a consecução dos produtos foram executadas um conjunto de acções estruturadas nas componentes seguintes:

Modelo de gestão com base em resultados

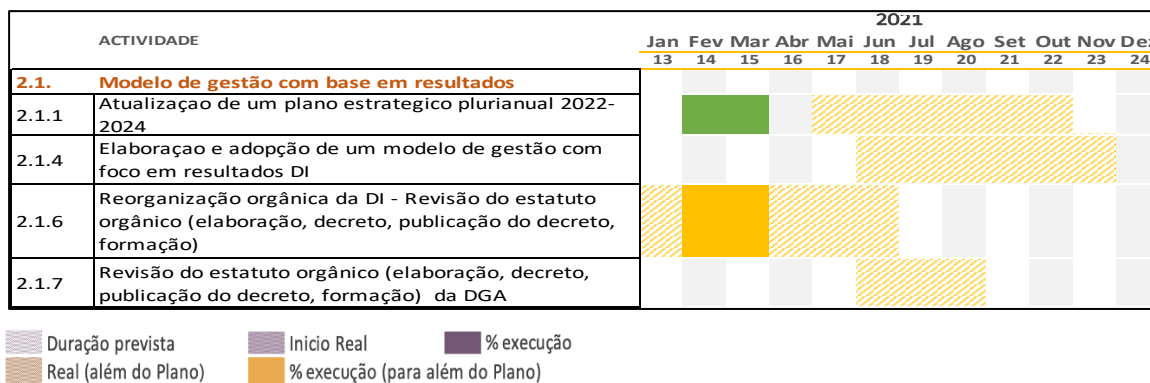
2.1.1 Actualização de um plano estratégico plurianual 2022-2024 (DI)

Está em curso a revisão/actualização do Plano Estratégico da Direcção dos Impostos (DI), com apoio da assistência técnica contratada para apoio global à DI.

2.1.6 Re-organização orgânica da DI - Revisão do estatuto orgânico

A assistência técnica de longo-prazo já elaborou um 1º rascunho do ante-projecto de orgânica da Direcção de Impostos, que prevê um departamento na área da informática.

Cronograma



Imposto sobre o Valor Acrescentado

2.2.1 Plano de Implementação do IVA

O Plano de implementação do IVA foi actualizado, mas deverá ser revisto tendo em conta as implicações derivadas do atraso no desenvolvimento do sistema de informação de gestão do IVA.

Foram submetidos à aprovação do Governo os regulamentos de aplicação do IVA, nomeadamente o relativo ao IEC e o regulamento de reembolso do IVA.

2.2.4 Formação dos 25 funcionários seleccionados

Os 25 estagiários continuaram a sua formação prática na DI, mas não teve início a componente teórica. Para esta foram desenvolvidos termos de referência para 2 assistências técnicas para capacitação dos 25 estagiários em fiscalidade são tomense e outra sobre o IVA.

Os processos de recrutamento estão na Administração Pública para validação, antes do seu envio ao Tribunal de Contas para efeito de visto.

2.2.5 Desenvolvimento e operacionalização do Sistema de informação para a gestão do IVA

O processo de selecção da empresa vencedora do concurso internacional para o desenvolvimento do sistema do IVA ainda não foi finalizado, aguardando-se uma decisão definitiva. Esta situação fez deslizar o plano de execução do sistema, com implicações sobre a entrada em funcionamento do IVA.

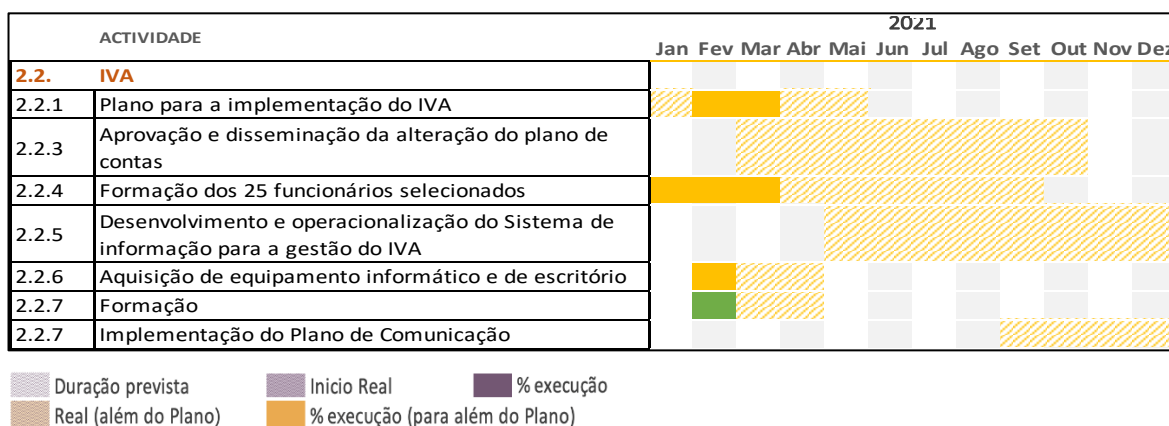
2.2.6 Aquisição de equipamento informático e de escritório

Foram elaborados os TdR necessários para o lançamento de concursos para aquisição de mobiliário de escritório e de equipamentos audio-visuais, para equipar o novo espaço físico da DI.

2.2.7 Formação

Foram iniciados os contactos com Ordem dos Contabilistas Certificados de Portugal para a realização de uma formação na aplicação, gestão e administração do IVA para os técnicos da DI, bem como para os demais *stakeholders*.

Cronograma



Melhoria da Gestão da Receita

2.3.1 Implementação do regime de facturação obrigatória (e-factura)

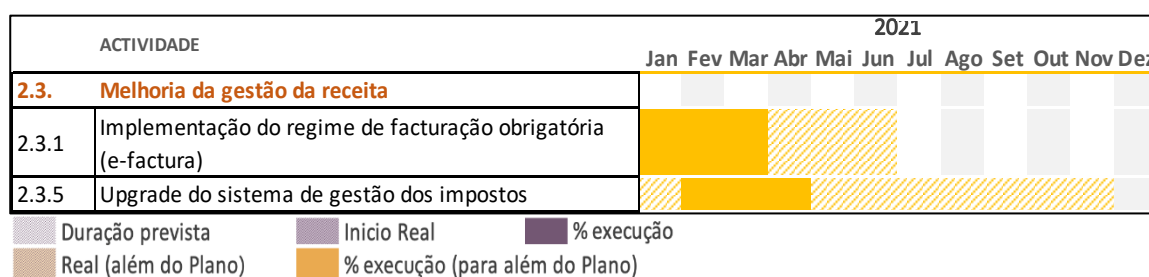
Decorre a bom termo a adesão dos contribuintes ao sistema, estando neste momento 3700 empresas registadas no sistema.

De modo a poder explorar a informação do e-factura para o cruzamento dos dados e melhor controle das empresas, está-se a investir na componente *business intelligence*, com o apoio de 2 técnicos informáticos da DI.

2.3.5 Upgrade do sistema de gestão dos impostos

Foram finalizadas as regras de negócio relativas para o sistema integrado dos impostos, estando a DI a efectuar a validação das mesmas, de modo a definir os TdR do sistema integrado dos impostos.

Cronograma



PO.3 - Melhoria da Gestão da Dívida Pública e Tesouraria

O Programa operacional tem como objetivo melhorar a gestão da dívida pública, de modo a garantir uma gestão eficiente desta, com custos mais baixos para serviço da dívida e minimizando os riscos fiscais; Melhoria da gestão de tesouraria para assegurar um controlo eficaz das despesas.

Programa Operacional 3 - Objectivo e Produtos

Objectivo estratégico: Gestão da Dívida Pública e Tesouraria Melhorada

Produtos do Programa Operacional:

#	Produto	Status de execução
Produto 1	Instrumentos do quadro legal da dívida operacionais	Atraso menor
Produto 2	Gestão da dívida reforçada	Atraso menor
Produto 3	Gestão da tesouraria reforçada	on-track

Para a consecução dos produtos foi executada a seguinte acção:

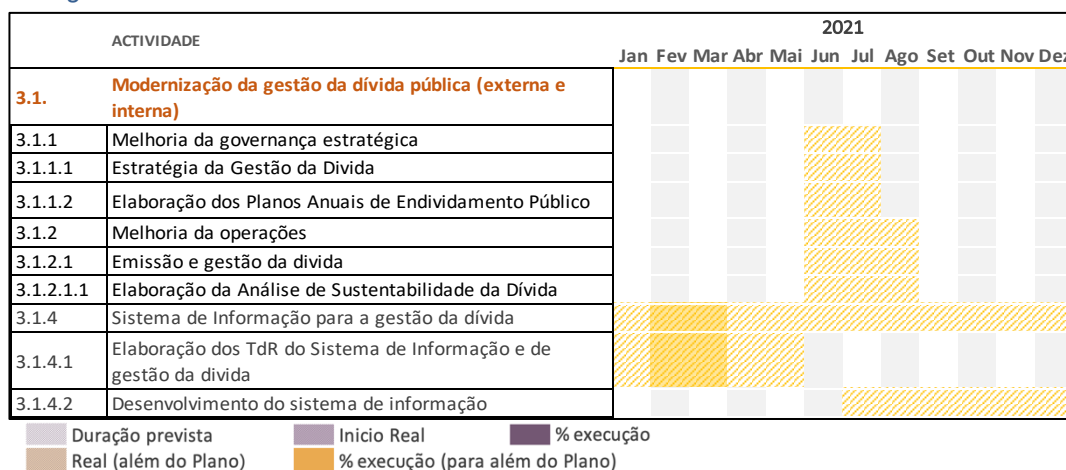
Modernização da Gestão da dívida pública (externa e interna)

3.1.4 Sistema de Informação para a gestão da dívida

3.1.4.1 Elaboração dos TdR's do sistema informação e de gestão da dívida

Foi contratado um analista de negócio que efectuará o desenvolvimento das regras de negócio necessárias para o desenvolvimento do sistema de gestão da dívida. Igualmente, a fim que os trabalhos de programação tenham início na vigência do contrato de análise, já se elaborou os TdR para o desenvolvimento do sistema de informação e de gestão da dívida, de modo a lançar o concurso no decurso do mês de Maio de 2021.

Cronograma



Tesouraria

3.2.1 Elaboração de um Manual de Procedimento para a DT

O regulamento relativo ao Regime de Tesouraria, que foi produzido em 2020, não foi ainda aprovado pelo MPFEA/Governo.

Em 2020, foi alterado o Regime de Tesouraria com um regulamento final na posse do Gabinete Jurídico para efeito de aprovação do Governo que, no entanto, ainda não foi submetido à Direcção do Tesouro.

O Manual de Procedimentos para a DT, previsto no PARFIP II, é tratado no ponto 3.2.3.1, abaixo.

Medida correctiva: No T2-2021, (i) para a efectivação do regulamento a DT tomará as medidas necessárias e poderá solicitar o apoio da AT do GARFIP e (ii) o título deste ponto será alterado para “Elaboração do Regime de Tesouraria da DT” e o Manual de Procedimentos para a DT, previsto no PARFIP II, será tratado no ponto 3.2.3.1, abaixo.

3.2.1.4 Controle das contas da Administração central

O controle das contas bancárias não foi ainda alargado às Entidades extra-orçamentais, na sequência do trabalho efectuado no ano de 2020.

Medida correctiva: No T2-2021, (i) o trabalho efectuado no ano de 2020 será compartilhado pelo PF com o GARFIP e a AT.

3.2.3 Gestão da Tesouraria

3.2.3.1 Manual de Procedimentos

O Manual de Procedimentos do Comité de Tesouraria foi finalizado e será aprovado juntamente com o Decreto do Regulamento.

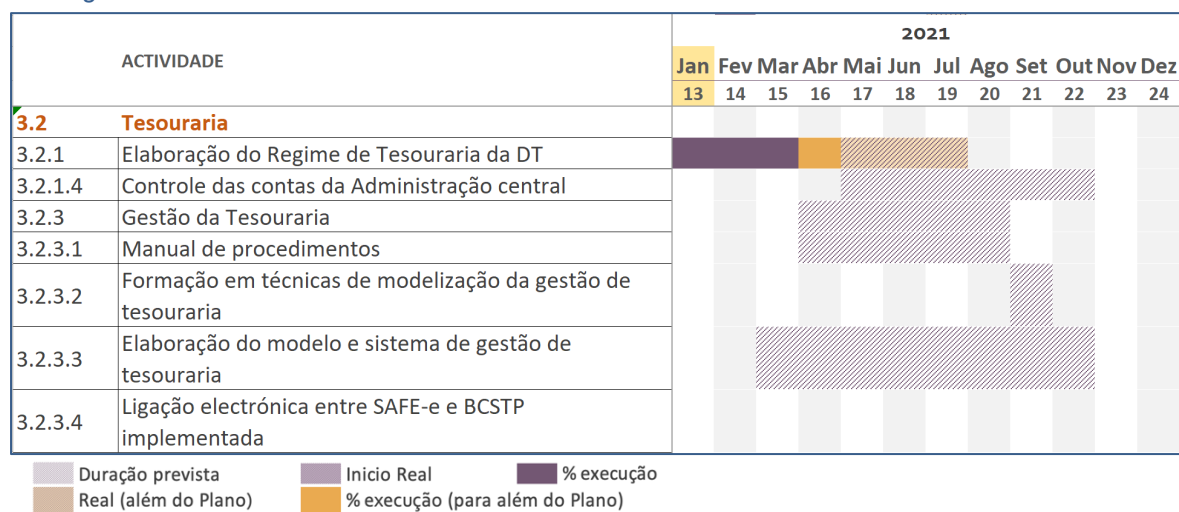
Em 2021, será efectuada a formação dos membros do CT na aplicação da utilização do Manual de Procedimentos.

3.2.3.3 Elaboração do modelo e sistema de gestão de tesouraria

A DT iniciou o trabalho de preparação da proposta de Decreto que irá suportar a criação dos documentos relativos à composição e ao funcionamento do Comité do Plano de Tesouraria do Estado, bem como o manual de funcionamento deste instrumento.

No T2-2021, será aprovado o Decreto pelo Governo.

Cronograma



PO.4 - Elaboração dos mecanismos de monitoria e de Governança das Entidades Extra-orçamentais e Empresas Públicas

O Programa operacional tem como objetivo criar as condições para a melhoria da governança estratégica e operacional das entidades extra-orçamentais e das empresas públicas.

Programa Operacional 4 - Objectivo e Produtos		
Objectivo estratégico: Monitoria e Governança das Entidades Extra-orçamentais e Empresas Públicas reforçada		
Produtos do Programa Operacional:		
#	Produto	Status de execução
Produto 1	Monitoria e Governança das Entidades Empresas Públicas melhorada	on-track
Produto 2	Monitoria e Governança das Entidades Extra-orçamentais melhorada	Atraso Substancial

Para a consecução dos produtos foi previsto um conjunto de acções estruturadas nas componentes seguintes:

Governança Reforçada nas EP's

4.1.1 Formalizar a equipe responsável pela implementação das reformas dentro do Tesouro

Realizada em 2020.

4.1.2 Reforma do quadro legal e institucional das EP's

Em 2021 será realizada esta actividade (iniciada em 2020, mas adiada pelo impacto da Pandemia), visando a reforma do quadro legal e institucional das EP's, uma consultoria foi financiada pelo BM para a revisão do diploma legislativa. As suas propostas foram analisadas pela DT e foi enviado um parecer com comentários.

Medidas correctivas: O GARFIP com o PF procedera como segue:

- (i) Solicitará à AFAP a ajuda memoria da última missão do BM;
- (ii) Acompanhará as acções acordadas entre a AFAP e o BM durante a última missão de supervisão de março 2021.

4.1.3 Assistência técnica à equipa de seguimento das EP's

Para a assistência técnica à equipa de seguimento das EP's na DT, foi concluída a contratação de uma consultoria, financiada pelo BM, que iniciou os trabalhos remotamente com a Direcção do Tesouro, que no decurso do ano 2021 definirá a estratégia de seguimento.

Medidas correctivas: O GARFIP com o PF procedera como segue:

(i) Acompanhamento das ações acordadas entre a AFAP e o BM durante a última missão de supervisão de março 2021.

4.1.4 Desenvolvimento de contratos de desempenho com as EP's

Não previsto para este ano.

Medidas correctivas: O GARFIP, com o apoio da AT, irá acompanhar os trabalhos da AT contratada pela AFAP.

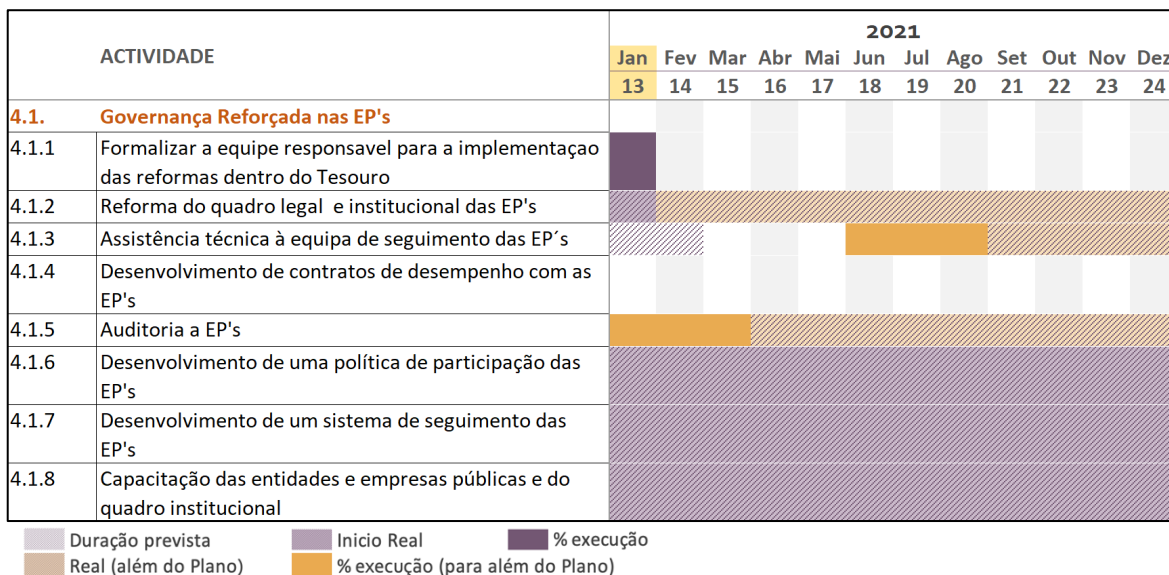
4.1.5 Auditoria das EP's

As contas 2017 e 2018 da ENASA, EMAE, ENAPORT e Correios (4 EPs à 100%, sobre 16 EPs) foram auditadas em 2020.

Não existe previsão de ampliação da cobertura das outras entidades ou dos anos 2019 e 2020 das 4 EPs, acima mencionadas.

Medidas correctivas: O GARFIP com o PF solicitará ao TC a avaliação da possibilidade de realização da auditoria das EPs, com o apoio da AT do GARFIP.

Cronograma



Governança e Monitoria das entidades extra-orçamentais

4.2.1 Formalizar a equipa responsável

O acompanhamento das entidades extra-orçamentais será efectuado pela equipa da DT responsável pela monitorização das EP's, formalizada em 2020.

As outras actividades previstas no PARFIP II não foram previstas para o ano 2021.

Cronograma

ACTIVIDADE		2021											
		Jan 13	Fev 14	Mar 15	Abr 16	Mai 17	Jun 18	Jul 19	Ago 20	Set 21	Out 22	Nov 23	Dez 24
4.2. Governança e Monitoria das entidades extra-orçamentais													
4.2.1	Formalizar a equipe (mesma que para as Eps)												
4.2.2	Actualização da legislação												
4.2.3	Manual de procedimentos para as EEO												
4.2.3.1	Divulgação												
4.2.3.2	Advocacia												
4.2.3.3	Verificação e penalidades por não cumprimento da legislação sobre a CUT												

Duração prevista
 Real (além do Plano)
 Início Real
 % execução (para além do Plano)
 % execução

Sistema de controlo interno nas EPs e extra-orçamentais funcional

Esta subcomponente não foi prevista para 2021.

Medidas correctivas: No S2-2021, o PF com a DT e o apoio do GARFIP e da AT, elaboração um plano de acção para a Governança e Monitorização das Entidades Extra-orçamentais.

Auditoria interna nas EPs e extra-orçamentais eficaz

Esta subcomponente não foi prevista para 2021.

Medidas correctivas: No S2-2021, o PF com a DT e o apoio do GARFIP e da AT, elaboração um plano de acção para a Governança e Monitorização das Entidades Extra-orçamentais.

PO.5 - Optimização da gestão do Investimento

O Programa operacional visa aumentar o *money-for-value* dos investimentos públicos, através da criação da infraestrutura legal, operacional e tecnológica da Gestão do Investimento Público.

Programa Operacional 5 - Objectivo e Produtos

Objectivo estratégico: Gestão do Investimento Público Melhorada

Produtos do Programa Operacional:

#	Produto	Status de execução
Produto 1	Sistema de Investimento Público aprovado	on-track
Produto 2	Seleção, orçamentação, e revisão independente da avaliação de projectos	on-track
Produto 3	Gestão, execução e monitoria do investimento	on-track

Para a consecução dos produtos foi iniciada a implementação das acções seguintes:

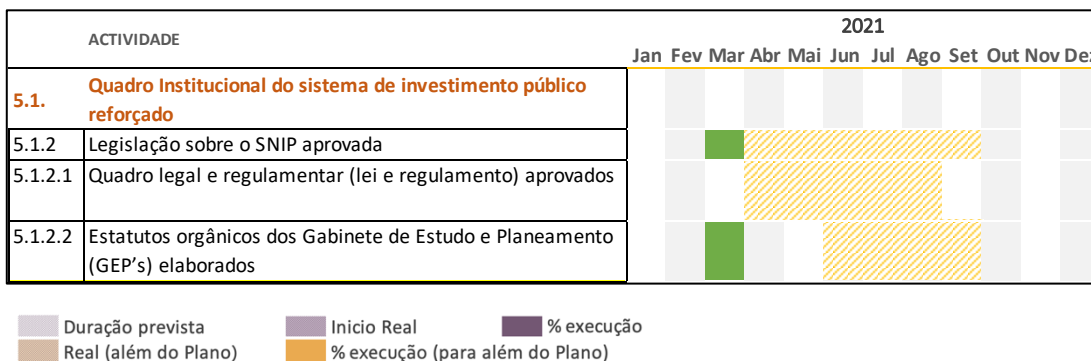
Quadro Institucional do sistema de Investimento público reforçado

5.1.2 Legislação sobre o Sistema Nacional do Investimento Público (SNIP) aprovada

5.1.2.2 Estatutos orgânicos dos Gabinetes de Estudo e Planeamento (GEP's) elaborados (RAP e Câmaras)

Validou-se os TdR relativos à actualização dos estatutos orgânicos do GEP's. de modo a que possam responder aos desafios de elaboração dos QDS sectoriais, para se iniciar o processo de contratação da assistência técnica necessária.

Cronograma



Qualidade dos projectos de investimento melhorada

5.2.2 Integração das mudanças climáticas e género na preparação e avaliação de projectos

Com recurso ao financiamento da *NDC Partnership*, foi recrutada uma Assistência Técnica visando a integração das questões das mudanças climáticas e de género no Sistema de Investimento Público.

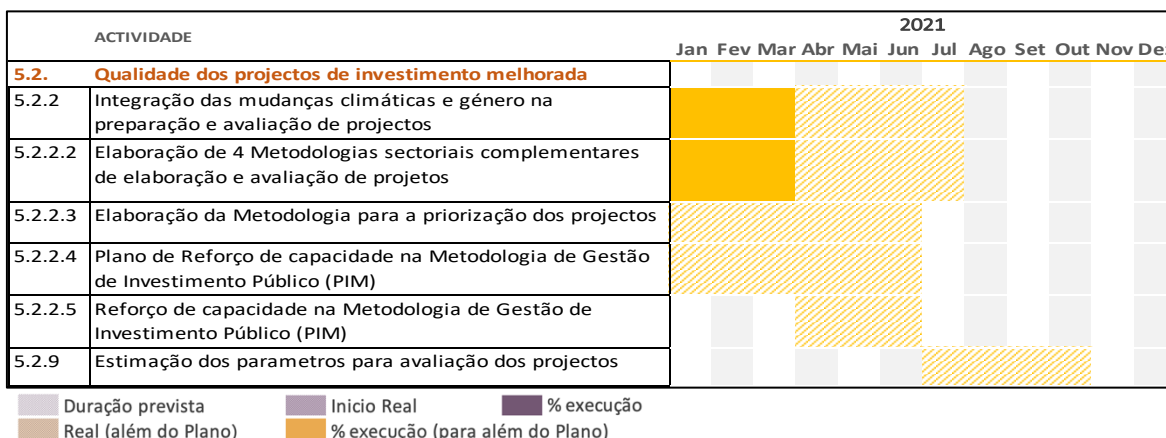
5.2.2.2 Elaboração de 4 Metodologias sectoriais complementares de elaboração e avaliação de projetos

Deu-se início aos trabalhos de elaboração das metodologias para os processos de avaliação de investimentos públicos (Metodologia de Avaliação Social de Projectos) nos domínios de edifícios públicos, transportes, água e saneamento.

5.2.2.3 Elaboração da Metodologia para a priorização dos projectos

Nesta actividade, está-se a elaborar um Relatório com recomendações para a melhoria e integração das alterações climáticas e do género na sociedade na Metodologia nacional para a elaboração e avaliação de projectos de investimento público. O relatório integrará os Instrumentos regulamentares para o efeito, descreverá as capacidades institucionais necessárias e como se procederá à gestão de dados e conhecimentos

Cronograma

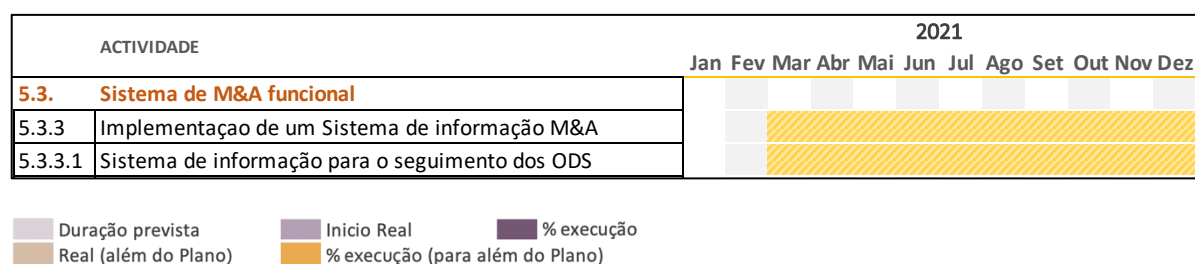


Sistema de M&A funcional

5.3.3.1 Sistema de informação para o seguimento dos ODS

Ir-se-á desenvolver uma Plataforma Nacional de Comunicação e Divulgação de Dados para apoiar o trabalho normativo e analítico necessário para o controlo bem sucedido da consecução dos ODS, compreendendo um *data warehouse* e uma plataforma de produção de relatórios sobre os ODS.

Cronograma



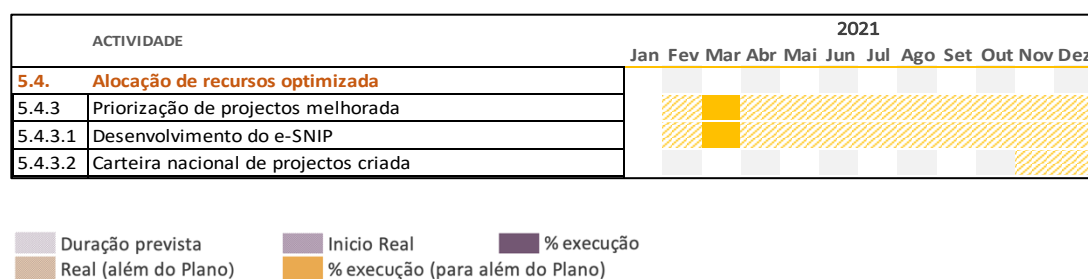
Alocação de recursos otimizada

5.4.3 Priorização de projectos melhorada

5.4.3.1 e- SNIP criado

Foi submetida para financiamento de um parceiro a proposta de desenvolvimento do e-SNIP, aguardando-se um posicionamento sobre um possível financiamento.

Cronograma

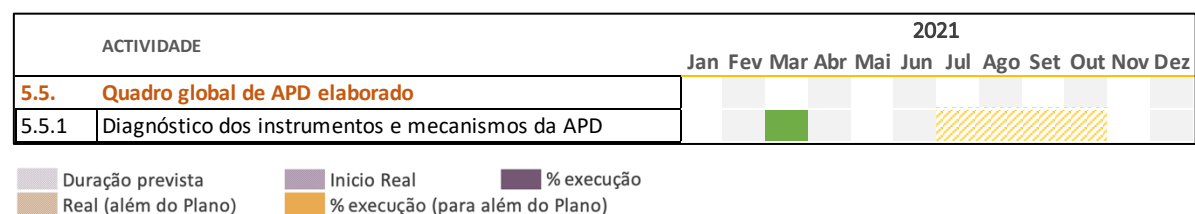


Quadro Global da APD melhorado

5.5.1 Diagnóstico dos instrumentos e mecanismos da APD

Para poder-se desenvolver o estudo diagnóstico sobre o diagnóstico dos instrumentos e mecanismos da APD validou-se os TdR que serão submetidos para financiamento.

Cronograma



PO.6 - Melhoria da execução orçamental e Alargamento da abrangência dos controlos internos e da auditoria interna

O Programa operacional visa reforçar os sistemas de gestão financeira pública para a obtenção de uma maior disciplina e credibilidade orçamental, bem reforçando e tornando funcionais o quadro de controlos e auditoria internos.

Programa Operacional 6 - Objectivo e Produtos

Objectivo estratégico: Execução orçamental, mecanismo de controlo e auditoria internos eficientes

Produtos do Programa Operacional:

#	Produto	Status de execução
Produto 1	Sistemas de informação Financeira e aquisições eficientes e integrados	on-track
Produto 2	Controlos Internos reforçados	on-track
Produto 3	Qualidade da auditoria reforçada	on-track

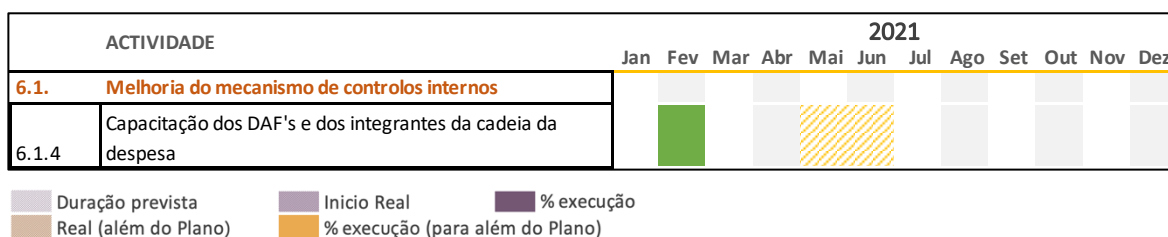
Para a consecução dos produtos foram executadas um conjunto de acções seguintes estruturadas nas componentes abaixo:

Melhoria do mecanismo de controlos internos

6.1.4 Capacitação dos DAF's e dos integrantes da cadeia da despesa

Elaborou-se os TdR para a contratação de uma assistência técnica para realizar a acção de formação visando a capacitação dos DAF's dos Ministérios e dos demais integrantes da cadeia de despesa.

Cronograma



Controle de despesas salariais eficiente

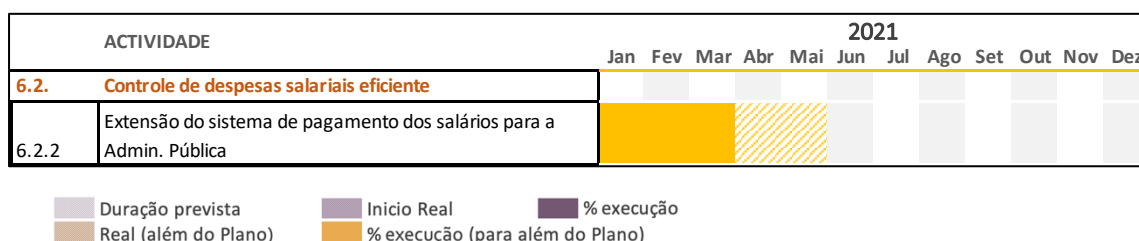
6.2.2 Extensão do sistema de pagamento dos salários para a Administração Pública

Durante o ano de 2021, a interligação entre o sistema de salários e sistema da Administração Pública estará concluída, após uma fase de testes. O Sistema incluirá um portal de acesso para as informações por parte do funcionário

6.2.3 Extensão do sistema de pagamento dos salários para os Ministérios, Serviços autónomos, CDs e RAP

Projecta-se a extensão do sistema de pagamento às DAF's ministeriais e ao Tribunal de Contas (para efeitos de visto).

Cronograma

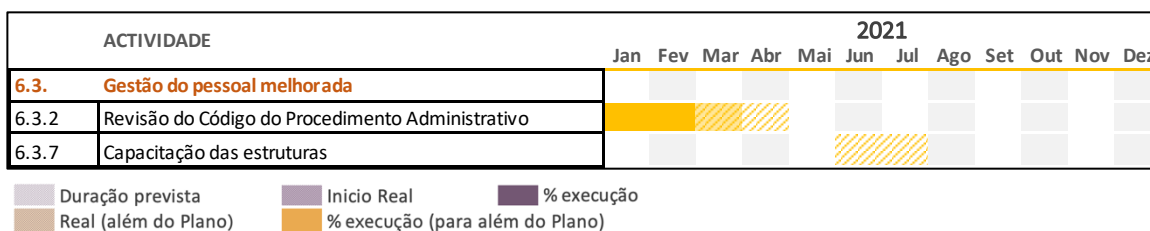


Gestão do pessoal melhorada

6.3.2 Revisão do Código do Procedimento Administrativo

Os trabalhos de revisão do Código do Procedimento Administrativo tiveram início, estando nesta fase, após os contactos iniciais e o *desk review*, a finalizar-se os trabalhos de campo para a entrega do ante-projecto.

Cronograma



Sistema de informação da administração pública funcional

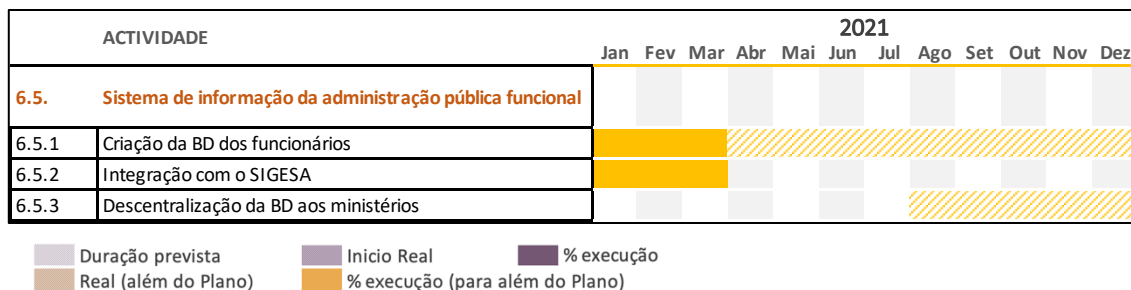
6.5.1 Criação da BD dos funcionários

Iniciou-se o desenvolvimento da 1ª fase do Sistema de Gestão dos Recursos Humanos da Administração Pública tendo os primeiros módulos sido desenvolvidos e entregues, permitindo ver a informação inicial do funcionário, estando a Direcção da Administração Pública a iniciar a alimentação com os primeiros dados.

6.5.1 Integração com o SIGESA

Efectuou-se a integração do sistema de informação de gestão de recursos humanos com o SIGESA, estando-se neste momento em fase de teste.

Cronograma



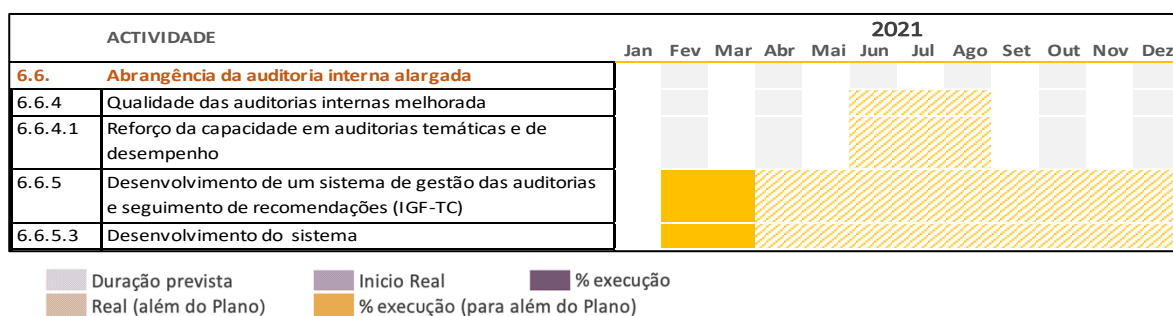
Abrangência da auditoria interna alargada

6.5.5 Desenvolvimento de um sistema de gestão das auditorias e seguimento de recomendações (IGF-TC)

6.6.5.3 Desenvolvimento do sistema

Teve início o desenvolvimento do sistema de informação para a Gestão de Recomendações (SGR). Durante o trimestre foram elaborados os módulos de gestão dos utilizadores, de gestão de perfis e de gestão de processos.

Cronograma



Sistema de Aquisições e Património melhorado

6.7.1 Quadro legal, procedimental e organizacional

6.7.1.1 Revisão e actualização da Lei das Licitações

Foram entregues pelo consultor as partes I e II da proposta de Lei, relativos respectivamente aos princípios gerais e regras introdutórias e ao regime de formação dos contratos, que estão a ser analisados pelo Comité de Seguimento da revisão da lei.

6.7.1.6 Actualização dos Estatutos do COSSIL

Foi entregue a proposta de estatuto da COSSIL, estando a ser analisada pelo Comité de Seguimento da revisão legislativa do quadro legal das Licitações e Contratações Públicas.

6.7.4 Desenvolvimento de um website de suporte ao COSSIL

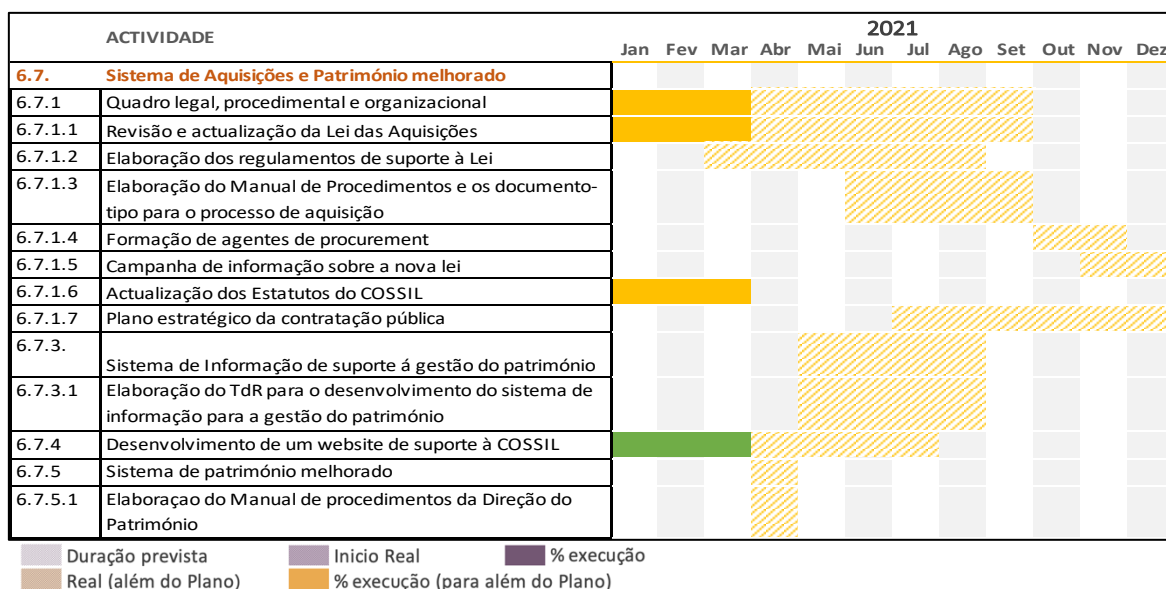
Está em curso o processo concursal para a selecção do consultor que irá desenvolver o novo website do COSSIL, que permitirá a transparência das decisões no domínio das aquisições públicas.

6.7.5 Sistema de património melhorado

6.7.5.1 Elaboração do Manual de procedimentos da Direcção do Património

Será publicado o Manual de Procedimentos da Direcção do Património do Estado, permitindo a sua utilização geral.

Cronograma



Sistemas de informação funcionais

6.8.1 Melhoria dos sistemas de informação de suporte à execução orçamental

6.8.1.2 Validação do modelo de sistema de informação para a gestão orçamental

Tiveram início discussões preliminares que orientaram a discussão para se efectuar o desenvolvimento de um sistema de gestão orçamental *ex-novo*, mantendo a base de dados actual. Deverá ser definido um plano que detalhe esta abordagem, com um orçamento de suporte, e como se irá executá-la. Igualmente será necessário iniciar-se a procura do financiamento para o efeito.

6.8.2 Reforço da capacidade em tecnologias de informação e em infraestruturas tecnológicas

6.8.2.3 Aquisição de equipamento informáticos, de comunicação e de segurança

Foram elaboradas as especificações técnicas dos equipamentos de apoio ao funcionamento do Data Center, devendo-se passar no próximo trimestre à aquisição dos mesmos.

6.8.2.4 Formação do staff da DITEI

Foram realizadas 2 formações, em Fortigate e Storage, direccionados, cada uma, a 10 técnicos, o que permitiu melhorar o nível de expertise dos mesmos e fazer face aos desafios dos sistemas de informação.

Cronograma

ACTIVIDADE		2021											
		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
6.8.	Sistemas de informação funcionais												
6.8.1	Melhoria dos sistemas de informação de suporte à execução orçamental												
6.8.1.1	Realização de um seminário de discussão sobre a proposta da arquitectura dos sistemas de suporte à execução orçamental												
6.8.1.2	Validação do modelo de sistema de informação para a gestão orçamental												
6.8.1.3.	Feitura do TdR para o desenvolvimento do sistema de informação para a gestão orçamental												
6.8.2	Reforço da capacidade em tecnologias de informação e em infraestruturas tecnológicas												
6.8.2.3	Aquisição de equipamento informático, comunicação e segurança												
6.8.2.4	Formação do staff da DITEI												

Duração prevista
 Início Real
 % execução
 Real (além do Plano)
 % execução (para além do Plano)

PO.7 - Contabilidade e Relato Financeiro (incluindo as prestações de Contas dos Governos Subnacionais)

O Programa operacional visa aumentar a *accountability* e a transparência da informação orçamental, através de um sistema adequado de contabilidade e relatórios, reforçando a transparência orçamental através de um melhor acesso do público aos principais elementos de informação orçamentais e aumentando a compreensão do orçamento por parte dos cidadãos

Programa Operacional 7 - Objectivo e Produtos		
Objectivo estratégico: Contabilidade e Relato Financeiro fiáveis		
Produtos do Programa Operacional:		
#	Produto	Status de execução
Produto 1	Cobertura e a qualidade dos relatórios financeiros acrescida	on-track
Produto 2	Utilização de normas internacionais	on-track
Produto 3	Informação financeira atempada	on-track

Para a consecução dos produtos foram implementadas as acções constantes das componentes seguintes:

Melhoria da qualidade da informação produzida

7.2.1 Normas de contabilidade modernizadas

7.2.1.3 Formação nas IPSAS

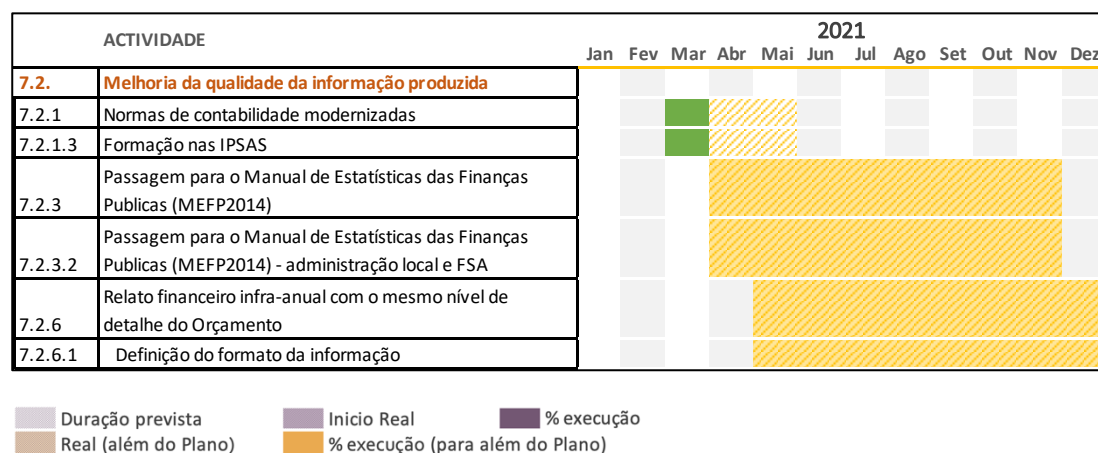
De modo a reforçar a capacidade do sistema de relato financeiro do sector público, elaborou-se os TdR para selecção de um perito nas *International Public Sector Accounting Standards*, que efectuará uma formação para técnicos do MPFEA e outras entidades, tendo-se iniciado o processo de contratação.

7.2.6. Relato financeiro infra-anual com o mesmo nível de detalhe do Orçamento

7.2.6.1 Definição do formato da informação

Os relatórios de execução orçamental trimestral de 2021, incorporarão uma estrutura de mapas actualizada, com detalhes adicionais a nível da informação disponibilizada.

Cronograma

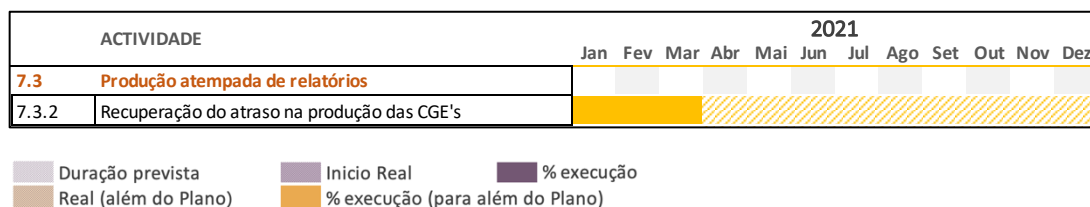


Produção atempada de relatórios

7.3.2. Recuperação do atraso na produção das CGE

Deu-se continuidade aos trabalhos de preparação da CGE de 2019, com a recolha de dados da administração regional e local, bem como dos Fundos e Serviços Autónomos, que se prevê entregar em Junho de 2021. Igualmente, iniciou-se os trabalhos preliminares de elaboração da CGE de 2020.

Cronograma



PO.8 - Reforço do escrutínio Parlamentar e da auditoria externa

O Programa operacional visa a melhoria da qualidade da auditoria externa, o reforço da capacidade da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças do Parlamento para a supervisão e escrutínio orçamental e o reforço da capacidade das Organizações da Sociedade Civil para a supervisão do orçamento, e para o diálogo e a participação nas questões relacionadas com a governação das finanças públicas.

Programa Operacional 8 - Objectivo e Produtos

Objectivo estratégico: Escrutínio e auditoria externa efectivos

Produtos do Programa Operacional:

#	Produto	Status de Execução
Produto 1	Qualidade da auditoria externa ampliada	on-track
Produto 2	Seguimento das recomendações reforçado	Não iniciado
Produto 3	Escrutínio parlamentar efectivo	on-track
Produto 4	Reforço da capacidade das OSC	on-track

Para a consecução dos produtos foram executadas o conjunto de acções integrados nas componentes seguintes:

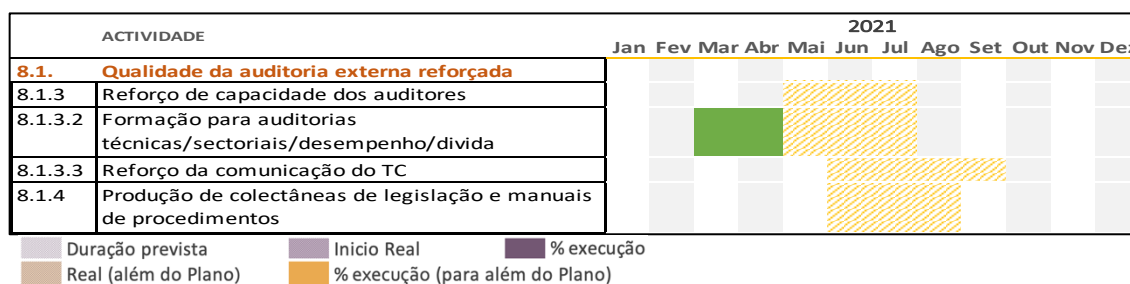
Qualidade da auditoria externa reforçada

8.1.3 Reforço de capacidade dos auditores

8.1.3.2 Formação para auditorias técnicas/sectoriais/desempenho

O Plenário dos Juizes do Tribunal de Contas, aprovou o relatório sobre a utilização da ferramenta PFM-RF de análise da gestão das finanças públicas visando os ODS. Este instrumento permite apresentar um relatório holístico sobre os riscos da gestão financeira pública do país.

Cronograma



Cobertura da auditoria aumentada

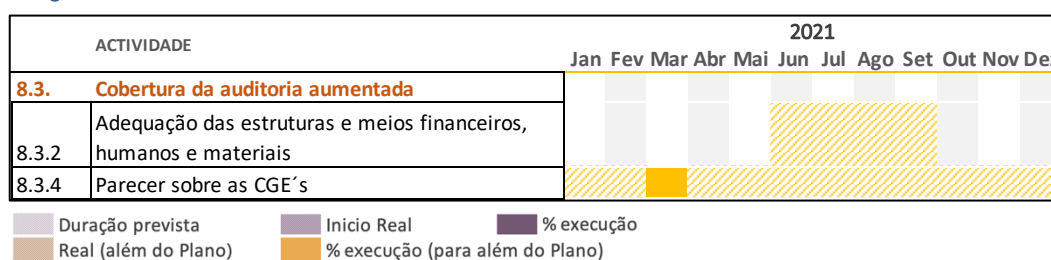
8.3.2 Adequação das estruturas e meios financeiros, humanos e materiais

Reforçar-se-á a capacidade das salas de formação e centro de informação do TC.

8.3.4 Parecer sobre as CGE's

Deu-se continuidade aos trabalhos sobre o Relatório e Parecer (RP) do Tribunal de Contas sobre a CGE de 2018, embora não no ritmo desejado, tendo em conta a necessidade de alocar recursos às auditorias relativas as despesas da COVID-19.

Cronograma



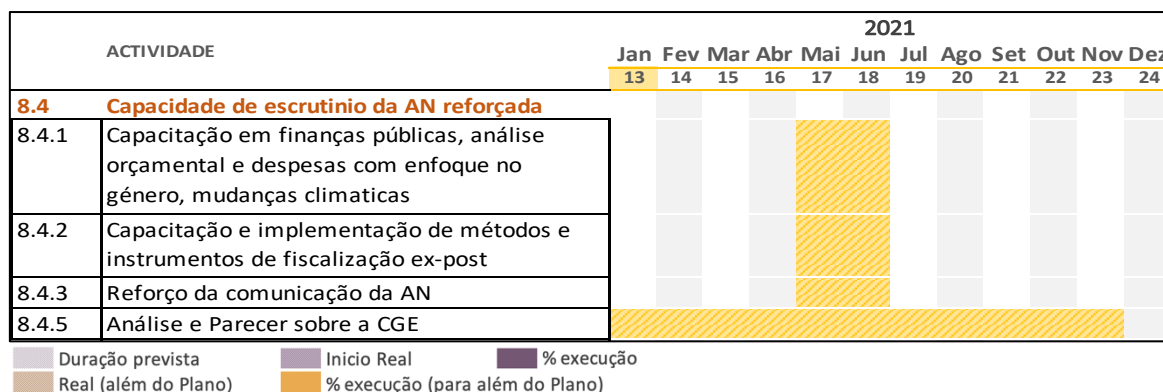
Capacidade de escrutínio da AN reforçada

8.4.5 Análise e Parecer sobre a CGE

No quadro da implementação do Plano Estratégico da Assembleia Nacional foi criada, em Novembro de 2020, uma Comissão Eventual, integrada por Deputados das diferentes bancadas parlamentares, para avaliar as modalidades de aprovação das CGE's pendentes na AN. Após ter-se esgotado prazo inicial de 60 dias, a sua actividade foi prorrogada por 60 dias adicionais. Durante este período, ela trabalhou sobre os relatórios e parecer do TC, ouviu as partes (TC e DCP), bem como auscultou experiências similares, que os parlamentos de Portugal e Cabo Verde vivenciaram.

A Comissão está na fase final de elaboração de um relatório a ser submetido ao Plenário.

Cronograma



III. PARFIP II – Execução do Orçamento - T1 de 2021

Orçamento executado 2021 do PARFIPP II

A informação sobre a execução orçamental do T1-2021 é muito limitada. A execução do orçamento do PARFIP II no 1º trimestre de 2021 não foi possível de ser completada, pela falta de informação disponível no SAFE-e, ou entregue ao GARFIP pelos Pontos Focais, o/e pelos parceiros externos.

O sistema de relato financeiro para as reformas não está implementado para poder capturar a execução orçamental do período, enquanto as dificuldades de colheita de informação sobre os financiamentos 2021 pelos parceiros não permite de preencher a parte das fontes do relatório financeiro das reformas:

FONTES E USOS		1º TRIMESTRE 2021				ANO 2021				TOTAL 2020-2023			
		Previsto		Executado	Var. (%)	Previsto		Executado	Var. (%)	Previsto		Executado	Progr. (%)
		Moeda de origem	STN			Moeda de origem	STN			Moeda de origem	STN		
I	Fontes												
1	Estado de STP	97,395	97,395	?	0%	389,581	389,581	?	0%	28,846,728	28,846,728	212,496	1%
2	Uniao Europeia				0%			?	0%	?		?	0%
3	Banco Mundial (AFAP)	457,220	9,281,562	?	0%	1,828,879	37,126,248		-100%	3,320,731	67,410,847	16,386,343	24%
4	BAD				0%			?	0%	?		?	0%
5	Pro-Palop				0%		-	-	0%	?	?	3,489,732	0%
6	PNUD				0%			?	0%	?		?	0%
7	Pagef							?	0%	?		?	0%
xx	Rendimentos				0%			-	0%		-		0%
	Total Recursos		9,378,957	?	0%		37,515,829	?	0%		96,257,575	20,088,571	20.9%
						Equ. Euros	1,531,258	#VALUE!		Equ. Euros	3,928,881	819,942	

PARFIP II: Relatório Trimestral das Reformas – T1 2021

FONTES E USOS		1º TRIMESTRE 2021				ANO 2021				TOTAL 2020-2023			
		Previsto		Executado	Var. (%)	Previsto		Executado	Var. (%)	Previsto		Executado	Progr. (%)
		Moeda de origem	STN			Moeda de origem	STN			Moeda de origem	STN		
II	Usos												
PO B.	Operacionalização do Dispositivo Institucional para a implementação das Reformas	52,750	1,292,375	2,370,000	83%	211,000	5,169,500	2,579,300	-50%	509,980	12,494,510	2,012,496	16%
B.1.	Formalização e operacionalização da equipe nuclear do GARFIP	31,750	777,875	1,800,000	131%	127,000	3,111,500	1,800,000	-42%	111,000	2,719,500	2,012,496	74%
B.2.	Melhoria do quadro jurídico	2,100	51,450		-100%	8,400	205,800	-	-100%	9,400	230,300	-	0%
B.3.	Estabelecimento da nova estrutura para a implementação das reformas	6,250	153,125	400,000	161%	25,000	612,500	400,000	-35%	98,380	2,410,310	-	0%
B.4.	Formação para a implementação das reformas	9,800	240,100	100,000	-58%	39,200	960,400	100,000	-90%	289,200	7,085,400	-	0%
B.5.	Priorização dos programas e das actividades do PARFIP II	2,850	69,825	70,000	0%	11,400	279,300	279,300	0%	2,000	49,000	-	0%
PO 1.	Melhoria da qualidade do planeamento a médio prazo e orçamentação com base em políticas (incluindo os Governos Sub-nacionais)	20,625	505,313	N/D	0%	82,500	2,021,250	-	-100%	349,378	8,559,761	-	0%
1.1.	Processo de elaboração do orçamento melhorado	6,625	162,313		-100%	26,500	649,250		-100%	106,378	2,606,261		
1.2.	Previsões macro-fiscais sólidas	7,750	189,875		-100%	31,000	759,500		-100%	110,000	2,695,000		
1.3.	QDMP global	6,250	153,125		-100%	25,000	612,500		-100%	133,000	3,258,500		
PO. 2	Melhoria da processo de arrecadação e gestão da receita	182,350	4,467,575	N/D	0%	729,400	17,870,300	-	-100%	3,122,202	76,493,940	11,717,343	15%
2.1.	Modelo de gestão com base em resultados	44,350	1,086,575		-100%	177,400	4,346,300		-100%	315,800	7,737,100	11,717,343	
2.2.	IVA	70,000	1,715,000		-100%	280,000	6,860,000		-100%	1,671,402	40,949,340	-	0%
2.3.	Melhoria da gestão da receita	50,000	1,225,000		-100%	200,000	4,900,000		-100%	420,000	10,290,000		
2.4.	Plano de Comunicação (Contribuinte Informado)	-	-		0%	-	-		0%	150,000	3,675,000		
2.5.	Gestão de risco operacional	-	-		0%	-	-		0%	270,000	6,615,000		
2.6.	Auditoria eficaz	18,000	441,000		-100%	72,000	1,764,000		-100%	132,000	3,234,000		
2.7.	Volume de atrasados conhecidos e controlados	-	-		0%	-	-		0%	163,000	3,993,500		
PO 3.	Melhoria da gestão da dívida pública e tesouraria	95,620	2,342,690	N/D	0%	382,480	9,370,760	-	-100%	785,093	19,234,775	-	0%
3.1.	Modernização da gestão da dívida pública (externa e interna)	57,900	1,418,550		-100%	231,600	5,674,200		-100%	590,283	14,461,930		0%
3.2	Tesouraria	37,720	924,140		-100%	150,880	3,696,560		-100%	194,810	4,772,845		0%
PO 4.	Elaboração dos mecanismos de monitoria e de Governança das Entidades Extra-orçamentais e Empresas Públicas	49,750	1,218,875	N/D	0%	199,000	4,875,500	-	-100%	1,925,121	47,165,468	4,672,857	10%
4.1.	Governança Reforçada nas EP's	49,750	1,218,875		-100%	199,000	4,875,500		-100%	1,581,821	38,754,618	4,672,857	12%
4.2.	Governança e Monitoria das entidades extra-orçamentais	-	-		0%	-	-		0%	39,050	956,725	-	0%
4.3.	Sistema de controlo interno funcional	-	-		0%	-	-		0%	235,250	5,763,625	-	0%
4.4.	Auditoria interna eficaz	-	-		0%	-	-		0%	69,000	1,690,500	-	0%

PARFIP II: Relatório Trimestral das Reformas – T1 2021

FONTES E USOS		1º TRIMESTRE 2021				ANO 2021				TOTAL 2020-2023			
		Previsto		Executado	Var. (%)	Previsto		Executado	Var. (%)	Previsto		Executado	Progr. (%)
		Moeda de origem	STN			Moeda de origem	STN			Moeda de origem	STN		
PO 5.	Optimização da gestão do Investimento Público	26,750	655,375	N/D	0%	107,000	2,621,500	-	-100%	563,200	13,798,400	-	0%
5.1.	Quadro Institucional do sistema de planeamento reforçado	2,500	61,250		-100%	10,000	245,000		-100%	121,000	2,964,500		0%
5.2.	Qualidade dos projectos de investimento melhorada	13,750	336,875		-100%	55,000	1,347,500		-100%		-		#DIV/0!
5.3.	Sistema de M&A funcional	3,500	85,750		-100%	14,000	343,000		-100%	362,200	8,873,900		0%
5.4.	Alocação de recursos optimizada	5,000	122,500		-100%	20,000	490,000		-100%	70,000	1,715,000		0%
5.5.	Quadro global de APD elaborado	2,000	49,000		-100%	8,000	196,000		-100%	10,000	245,000		0%
PO 6.	Melhoria da execução orçamental e Alargamento da abrangência dos controlos internos e da auditoria internos)	95,585	2,341,833	N/D	0%	382,340	9,367,330	-	-100%	1,452,103	35,576,534	-	0%
6.1.	Melhoria do mecanismo de controlos internos	625	15,313		-100%	2,500	61,250		-100%	40,000	980,000		0%
6.3.	Gestão do pessoal melhorada	3,625	88,813		-100%	14,500	355,250		-100%		-		
6.5.	Sistema de informação da administração pública funcional	3,625	88,813		-100%	14,500	355,250		-100%	189,500	4,642,750		0%
6.6.	Abrangência da auditoria interna alargada	11,148	273,114		-100%	44,590	1,092,455		-100%	127,090	3,113,705		0%
6.7.	Sistema de Aquisições e Património melhorado	37,063	908,031		-100%	148,250	3,632,125		-100%	510,513	12,507,579		0%
6.8.	Sistemas de informação funcionais	39,500	967,750		-100%	158,000	3,871,000		-100%	585,000	14,332,500		0%
PO 7.	Contabilidade e do Relato Financeiro (incluindo as prestações de contas dos Governos Sub-nacionais)	19,000	465,500	N/D	0%	76,000	1,862,000	-	-100%	149,810	3,670,345	-	0%
7.1.	Melhoria da informação e aumento da cobertura do SAFE-e	-	-		0%	-	-		0%	35,550	870,975		
7.2.	Melhoria da qualidade da informação produzida	7,125	174,563		-100%	28,500	698,250		-100%	51,760	1,268,120		
7.3.	Produção atempada de relatórios	11,875	290,938		-100%	47,500	1,163,750		-100%	62,500	1,531,250		
PO 8.	Reforço do escrutínio Parlamentar e da auditoria externa	49,412	1,210,600	N/D	0%	197,649	4,842,401	-	-100%	937,870	22,977,815	-	0%
8.1.	Qualidade da auditoria externa reforçada	11,750	287,875		-100%	47,000	1,151,500		-100%	334,918	8,205,491		
8.2.	Sistemas de informação de suporte da auditoria externa funcionais	13,961	342,032		-100%	55,842	1,368,129		-100%	235,956	5,780,922		
8.4.	Capacidade de escrutínio da AN reforçada	12,250	300,125		-100%	49,000	1,200,500		-100%	144,246	3,534,027		
8.5.	Escrutínio das OSC's funcional	11,452	280,568		-100%	45,807	1,122,272		-100%	222,750	5,457,375		
Total Aplicado no PARFIP II		591,842	14,500,135		-100%	2,367,369	58,000,541	2,579,300	-96%		239,971,548	18,402,696	8%
										(aprox.)	9,794,757	Euros	

O valor total das reformas em Dobras é aproximativo, devido às várias taxas de câmbio utilizadas para a conversão.

IV. Próximos passos

Tendo em conta os atrasos do ano 2020 e os desafios relacionados com a operacionalização das reformas e a contabilização das reformas realizadas durante o T1-2021, durante o T2-2021, o GARFIP fará um esforço especial para a realização das seguintes acções: (i) a finalização e adopção do MIR, (ii) a actualização do quadro jurídico, (iii) a adequação pessoal do GARFIP, (iv) a actualização do plano de actividades do ano 2021, (v) a identificação das fontes de financiamento das reformas GFP, (vi) a operacionalização da Instância de Diálogo, (vii) a montagem de um plano para a melhoria do relato financeiro das reformas, e (viii) a continuação da implementação das reformas, nos limites dos recursos disponíveis e das actividades não necessitando financiamento.

Na sua maioria, estas acções estavam previstas no relatório anual RAR 2020 e não foram totalmente implementadas dado o intervalo temporal curto entre a finalização do RAR 2020 e a produção deste relatório trimestral, RTR T1-2021:

